

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO RACIAL CONTEMPORÂNEA:
CONTRADIÇÕES EM TORNO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.**

2^o V. (D)
1

(c)

3741 (c)
S.9 (c)

HELOISA DE SOUZA OLIVEIRA

HELOISA DE SOUZA OLIVEIRA

**UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO RACIAL CONTEMPORÂNEA:
CONTRADIÇÕES EM TORNO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof (a) Dra. Dilma Andrade de Paula.

Uberlândia, Julho de 2007.

HELOISA DE SOUZA OLIVEIRA

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO RACIAL CONTEMPORÂNEA:
CONTRADIÇÕES EM TORNO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Dilma Andrade de Paula- Orientadora

Prof. Ms. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Prof. Ms. Sheille Soares de Freitas

Agradecimentos

Agradeço a Professora Dra Dilma Andrade de Paula, pela confiança e paciência durante a construção desse trabalho.

As amigas queridas, Ana Flávia, Jacione, Paula Cristina e Vânia que compartilharam comigo os momentos de dúvidas e insegurança.

A minha família pelo apoio dado, não só na elaboração desse trabalho, mas em todos os momentos de minha vida.

Sumário

| | |
|---------------------------|----|
| Introdução..... | 6 |
| Capítulo I..... | 10 |
| Capítulo II..... | 35 |
| Considerações Finais..... | 53 |
| Bibliografia..... | 54 |
| Fontes..... | 55 |

Resumo

A realização deste trabalho teve como intuito compreender e contribuir com o debate que está se formando em relação ao processo de inclusão do negro no ensino superior, através das políticas de ações afirmativas. Nos debates em relação ao tema, conceitos como raça, identidade, etnia e racismo se tornaram mais dinâmicos e polissêmicos diante das transformações que estão ocorrendo atualmente. Através da imprensa e da legislação recente, percebemos como vivemos em um campo de forças contrárias.

Introdução

A realização deste trabalho tem como intuito compreender e contribuir com o debate que está se formando em relação ao processo de inclusão do negro no ensino superior, através das políticas de ações afirmativas. Percebemos através da imprensa, publicações acadêmicas e na própria sociedade, que se formaram dois grupos e conseqüentemente duas vertentes de argumentações. Esses grupos se dividem entre contrários ao sistema de cotas ou a favor destas.

Através dos discursos de Movimentos negros, intelectuais, imprensa e da própria sociedade em geral, percebemos que conceitos tidos como ultrapassados, estão sendo reelaborados, para teorizar determinadas posições.

No primeiro capítulo intitulado “As várias faces dos conceitos”, irei trabalhar com autores que estão rediscutindo conceitos como: raça, etnia, identidade, racismo. Para orientar esta primeira parte do trabalho irei utilizar como referencial teórico autores como Marcelo N. B. Cunha, que irá discutir os processos de constituição de identidades as quais ocorrem em jogos de afirmações, negações e negociações de valores. Esse processo, segundo o autor, irá envolver seleções, manipulações e negações, no qual a memória e o esquecimento dialogaram em jogos, onde diversos mecanismos oficiais foram acionados, o que nos levou a uma negação continua em relação à sociedade mestiça em que vivemos em prol de um padrão europeu tido como superior.

Outro ponto abordado serão as teorias evolucionistas de meados do século XIX, onde alguns teóricos nacionais como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Oliveira Viana e Silvio Romero, estarão discutindo a respeito do futuro da nação brasileira, deixando claro para o leitor que a proposta não será fazer uma análise minuciosa das teorias destes intelectuais, será feito apenas um panorama superficial a respeito destes, o propósito será mostrar ao leitor que a questão racial no Brasil não é um problema recente e sim, do início de nossa constituição enquanto nação.

Silva H. Lara traz a importância da produção acadêmica que muita das vezes tem o poder de direcionar e até mesmo construir significados para determinados grupos. Já Florestan Fernandes, faz uma análise a respeito da inclusão do negro em um novo sistema competitivo, levando em consideração

fatores históricos como o final da escravidão, faz uma crítica ao atraso da ordem racial, a qual, segundo ele, está presa no antigo regime. Para apresentar a discussão em torno dos conceitos, tais como identidade, raça, etnia e racismo, serão utilizados trabalhos de autores que estão contribuindo para a formação de uma nova bibliografia como Kabengele Munanga, professor titular do Departamento de antropologia da Universidade de São Paulo, tem como linha de pesquisa a antropologia das populações afro-brasileiras e africanas e como áreas de atuação as relações raciais e interétnicas entre negros e brancos no Brasil. Segundo este autor, a identidade é uma realidade presente em todas as sociedades humanas, esta é carregada de elementos externos em que os indivíduos buscam se unir através de suas diferenças.

O trabalho de Silvia Novaes ajuda a discutir a questão da identidade, mostrando a importância dos grupos se reconhecerem a partir de suas semelhanças para uma melhor representação política em prol de seus direitos. Eliane Cavalleiro, a favor de uma educação anti-racista, mostra em seus trabalhos a importância de reconhecer e compreender o entrave que o racismo representa para as relações sociais entre negros e brancos.

Um dos intuitos do trabalho é ressaltar a importância dos Movimentos sociais, no caso da pesquisa o Movimento Negro, enquanto agentes de luta que pressionam não só o Governo Federal, mas toda sociedade em geral para uma equidade entre negros e brancos.

Oswaldo Frota Pessoa, contribui com a minha pesquisa no que se refere ao conceito de raça, tendo como ponto de partida o significado científico desta palavra o que se difere, da forma que é utilizado atualmente nos debates em torno das Políticas de Inclusão, que reelaboraram esse conceito levando em consideração fatores políticos e sociais. Nilma Lino Gomes, doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo e Coordenadora do Programa de ações afirmativas da UFMG, tem como preocupação mostrar a importância de conceitos, tidos atualmente como palavras chaves nos debates em torno das relações raciais, pois segundo ela, revelam não só a teorização sobre a temática racial mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações sociais.

A antropóloga Nilma Bentes faz uma leitura positiva do conceito de raça, mostrando que está presente na construção da sociedade brasileira e na própria identificação entre negros e brancos. Não se contesta a definição científica, mas chama a atenção para a resignificação social e política, dada não só pelos militantes do movimento negro, mas pelos próprios negros comuns.

Andréas Hofbauer, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp, é um referencial importante no decorrer do trabalho, pois faz um estudo do debate atual em relação às ações afirmativas, mostrando a oposição de dois grupos em torno da aprovação ou não das Políticas de Ações Afirmativas.

De acordo com o autor, pode-se verificar uma tradição sociológica que se concentra na análise das relações entre “negros” e “brancos”, mais ligados à desigualdade social e outros estudos que partem de preocupações e concepções clássicas da Antropologia Social e Cultural.

O segundo capítulo intitulado “Em Tempo de Construções: A formação de discursos em torno das Ações Afirmativas”, faz-se uma breve análise de como esse assunto está sendo apresentado na legislação recente e na imprensa. A proposta do capítulo é mostrar como a questão das relações racial se dá em um campo conflituoso, e como esses conflitos são apresentados na imprensa e nos discursos oficiais. Entendendo a imprensa como um jogo de forças, Rinaldo José Varussa diz:

A própria seleção de fatos e notícias que estes meios trazem no bojo de sua produção poderia ser motivo para um debate, se levarmos em conta que a pauta estabelecida (aquilo que é noticiado) resulta de uma escolha entre muitos outros assuntos. É lógico que poderia ser dito que tais escolhas justificam-se a partir do que é “mais importante”. Porém isso não esclarece a questão, mas sim a enriquece, uma vez que uma nova pergunta seria decorrente daquela justificativa: “importante para quem?”¹

¹ VARUSSA, Rinaldo José. TV e Jornal Enquanto Produtores de Notícia: **Algumas Perspectivas de Trabalho em Sala de Aula**. Cadernos de História.v.07, n.7, p.83, Janeiro, 1997.

Idéia na qual eu compartilho, percebemos que os debates trazidos pela imprensa muita das vezes não informam e nem esclarece, mas tenta convencer o leitor a tomar determinadas posições, tenta anular o campo de diálogo entre a fonte e o leitor, como se um saber produzido por um grupo ou classe e divulgado por um determinado veículo de comunicação, silenciasse ou anulasse outros saberes constituídos pelos sujeitos em outras relações e lugares.

Outro ponto abordado refere-se a legislação recente, a aprovação da lei 10639/2003 que altera a lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual busca a introdução do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, buscando um ensino pluricultural, há também o Estatuto da Igualdade Racial, que busca uma reavaliação da condição do negro na sociedade Brasileira. Junto com essas medidas foram criados órgãos como a Secretária Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Todas essas medidas oficiais representam conflitos dentro da sociedade, pois foi necessária lei instituída pelo governo Federal, para que se reconhecesse a necessidade de tais ações. O porque essas medidas não foram tomadas antes?

A partir destas questões que me interessei pelo tema, por pensar que ações como um ensino que representasse a sociedade mestiça em que vivemos, teria por dever fazer parte dos currículos tanto da educação básica quanto do ensino superior e que todos tivessem o mesmo direito às oportunidades.

O projeto de Ações Afirmativas está em um estágio um tanto quanto nebuloso, o que fez com que o trabalho se tornasse complicado, pela indefinição de discursos e por ainda não termos as respostas destas experiências, quem sabe daqui à alguns anos essas discussões se tornem ultrapassadas, mas uma coisa é certa, é preciso que haja uma democratização das oportunidades.

As várias faces dos conceitos

Ao se tratar de questões relativas ao negro, encontramos durante as leituras, conceitos que podem ser considerados palavras chaves para a discussão das relações sociais entre negros e brancos tais como raça, identidade, etnia e racismo.

Tais conceitos têm a ver com fatores que levaram a formação de uma identidade brasileira, e mais tarde levaram os movimentos sociais a se organizarem, no caso em questão o movimento negro, para que este construísse sua própria identidade.

Todas essas questões trazem imbuídas em si interesses que devem ser discutidos para uma melhor compreensão. Segundo Marcelo N. B. Cunha²

Os processos de constituição de identidades ocorrem em jogos de afirmações, negações e negociações de valores, que permeiam o ideário social, as instituições e seus veículos de produção/ divulgação de conhecimentos são responsáveis pela propagação/sedimentação de idéias e conceitos/ pré-conceitos, ler na contramão o entendimento desse ideário produzido oficialmente é fundamental, quando se deseja transformar e ampliar imaginários para maior diversidade das possibilidades de reflexão sobre a pluralidade cultural e a dinâmica das identidades.

A necessidade de afirmação de um determinado grupo perante a sociedade traz em si um sentimento de rejeição. Esta afirmação é visível quando voltamos nos primórdios da constituição da nação brasileira, onde a cor da pele foi uma questão bastante discutida entre intelectuais e governantes.

A constituição da sociedade brasileira é marcada em toda a sua historicidade, por desejos de apagar, ou ao menos atenuar, elementos culturais dos afro-descendentes e indígenas ao quadro de referências culturais ocidentais européias, dispostas como definidoras de nosso padrão cultural, marcadamente voltado para praticas e representações de branqueamento.

² CUNHA, Marcelo N. B. **Memórias Afro-Brasileiras Institucionalizadas. Tentando ler Exposições de Museus e seus Periódicos.** Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós- Graduação em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1981.273p.

Segundo Cunha³, esse processo envolveu seleções, manipulações e negações, no qual a memória e esquecimento dialogaram em jogos, onde diversos mecanismos oficiais foram acionados e utilizados, entre eles instituições como a escola, os arquivos e os museus, nos quais a representação da cultura esteve baseada na exaltação de modos de ser, viver e lutar de culturas européias, em detrimento de culturas indígenas e africanas, tão fundamentais na formação de nossos sentidos, saberes, experiências, sensibilidades e desejos, bases da construção de nossa personalidade enquanto nação marcadamente mestiça, porém negada em nome de uma superioridade e excelência da cultura européia.

A questão da diferença do estranhamento está presente desde a descoberta do que denominaram como Novo Mundo. Nesse contexto, Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso* (1969), dizia que o imaginário Europeu, até então concentrado no Oriente, se volta maravilhado para a América.

Em meados do século XIX, formava-se um grande debate que opunha dois grandes grupos: os teóricos do monogenismo e os do poligenismo. Os monogenistas eram os que referendavam as interpretações da Bíblia e da própria Revolução Francesa e acreditavam na existência de apenas uma origem. Os homens não seriam diferentes apenas desiguais já que as variações apresentadas poderiam ser superadas na medida em teriam partido do mesmo esteio, de um mesmo núcleo. Sua humanidade, portanto não era negada. Por outro lado recrudescia em meados do século XIX a interpretação poligenista da diferença, representados por estudiosos como Taine, Renan e Gobineau. Estes afirmavam que os teóricos do monogenismo estavam errados, pois os homens teriam diferentes origens, teriam partido de diferentes centros de criação, e que estes teriam gerado humanidades plurais (ou seja, não teria existido uma Eva e um Adão, mas sim vários Adões e várias Evas".)

Charles Darwin vai dar uma contribuição decisiva nesta história com a publicação, em 1859, de "A Origem das Espécies", nesta obra Darwin afirmaria

³CUNHA, Marcelo N. B. **Memórias Afro-Brasileiras Institucionalizadas. Tentando ler Exposições de Museus e seus Periódicos.** Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1981.274p.

que a origem era única e que descenderíamos todos do macaco. Esta obra lançou uma série de conceitos como a sobrevivência dos mais aptos, a luta das espécies e a da adaptação.

Herbert Spencer em "Princípios da Sociologia" (1876), contribuiu de uma forma bastante evidente, quando estabeleceu que "O que vale para a vida, vale para os homens".

Portanto, noções como sobrevivência dos mais aptos, capacidade de adaptação, começavam a naturalizar questões que eram de ordem social, econômica e política.

Os teóricos raciais nacionais vão discutir diretamente com base em teorias do evolucionismo e no determinismo social. As teorias raciais se tornam, as bases principais para a interpretação da realidade, ao mesmo tempo em que serviam para justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais.

Ao lado do evolucionismo social, que representa o início da antropologia e do positivismo, duas outras teorias vão se utilizar das máximas do evolucionismo. A primeira era o determinismo geográfico⁴. Nesse momento o determinismo racial também estava em voga, que significava um grande impulso na idéia do individualismo da Ilustração. O pressuposto do determinismo racial é o princípio do racismo. Nessa escola não se discute mais o indivíduo, mas sim o grupo.

Existem quatro máximas do determinismo racial. A) A primeira afirma que a raça constitui um fenômeno essencial (adeptos do poligenismo); B) a segunda estabelecia a relação entre atributos externos e internos, ou seja, acreditava-se que a partir das características exteriores como a cor da pele, o tamanho do cérebro, o tipo de cabelo a partir destas características poderia se chegar às conclusões sobre aspectos morais das diferentes raças; C) O terceiro pressuposto indicava que o indivíduo não seria mais que a soma do seu grupo racio-cultural, de acordo com esses cientistas não adiantava ver o indivíduo, era melhor observar o grupo ao qual pertencia; D) O último aspecto não é um pressuposto e sim uma prática política de intervenção que advém

⁴ Determinismo Geográfico seriam as influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade sustentando a tese de que o meio natural seria uma entidade definidora da fisiologia e da psicologia humana, ou seja, o homem seria influenciado pelo meio natural que o cerca.

desse tipo de modelo-a Eugenia- implicou em uma política social, pois tinha como objetivo o melhoramento do patrimônio genético das populações.

Após a abolição do tráfico de escravos, o país havia passado por três séculos de escravidão e a dinâmica do mundo estava em transformação, um novo modo de produção surgia e era necessário o fim desta forma de trabalho. Após esta constatação o que fazer com milhares de escravos que seriam libertos? Qual seria a identidade brasileira? Serão questões discutidas por teóricos preocupados com o futuro do Brasil, as teorias raciais se tornaram às bases principais para a interpretação da realidade, ao mesmo tempo em que serviam para justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais. Por outro lado, devido a sua interpretação pessimista de mestiçagem, acabaram por inviabilizar um projeto nacional. De um lado esses homens da ciência encontraram como uma saída original o cruzamento dessas raças como uma forma positiva de se criar a nação brasileira, através da imigração e em consequência a miscigenação.

De acordo com Cristiane Maria Ribeiro⁵, um autor profundamente marcado por uma visão de realidade brasileira alicerçada pelas teorias evolucionistas foi Nina Rodrigues (1862-1906) professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, dedicou-se sistematicamente a demonstração da tese da "inferioridade" racial do negro e do mestiço. Tinha como base teórica às obras de Spencer, e as teses do darwinismo social e acreditou com elas provar que ao negro e a seus descendentes não cabia outro destino senão ao fracasso. Preocupado com a definição do brasileiro, enquanto povo e nação, buscou analisar a situação racial do país, defendia as teses do determinismo racial, pelas quais a inferioridade do negro poderia ser comprovada através da ciência evolucionista. Não acreditava que a mestiçagem podia ser a saída para resolver o problema étnico do Brasil e nem era a resposta para a questão da nacionalidade.

Outro teórico também influenciado pelas teorias raciais foi Arthur Ramos (1903-1949) médico da faculdade de medicina da Bahia, que participou da criação e desenvolvimento de clínicas e centros de higiene mental, influenciou a formação nacional dos profissionais da educação, psicólogos, professores e

⁵ RIBEIRO, Cristiane Maria. **Anti-Racismo e Educação: O Projeto Político-Pedagógico das Lideranças Negras de Uberlândia**. Tese (Mestrado em Educação). Uberlândia:UFU,2000.

a formação nacional dos profissionais da educação, psicólogos, professores e outros membros das equipes técnicas escolares, mostrando a existência de nexos entre o pensamento educacional e as teorias médicas da passagem do século.

Sua influência se estendeu a médicos e psicólogos atuantes a partir da década de 30 e que esboçavam os primeiros “retratos psicológicos” do brasileiro, tendo como pano de fundo os pressupostos da superioridade da cultura européia e da raça branca.

Arthur Ramos não trilhou a concepção de “inferioridade do negro”, não participou da noção de raças biologicamente inferiores, não concordava com a solução do país pelo recurso da miscigenação e nem defendia a separação, mas salientava a influência nefasta do que chamava de “resíduos afro-índios” na cultura brasileira.

Oliveira Viana foi outro autor apontado pela literatura sociológica que sofreu grande influência das teorias racistas. Advogado, historiador e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, apontava para a solução do problema em relação ao futuro étnico do país, acreditava no ideal de branqueamento, vendo na imigração européia um importante fator para acelerar o branqueamento da população brasileira. Afirmava que o Brasil alcançaria a pureza étnica através da miscigenação, única saída para se tornar um país ariano. Sendo assim, negava qualquer contribuição positiva da presença negra na cultura nacional. Joel Rufino Santos, citando Oliveira Viana:

O negro puro, portanto, não foi nunca, pelo menos do campo histórico em que conhecemos um criador de civilizações. Se no presente os vemos sempre subordinados aos povos de raça branca, com os quais entram em contato; se, nos seus grupos mais evoluídos das regiões das grandes planícies nativas, são os elementos mestiços, são os indivíduos do tipo negróide, aqueles que trazem doses sensíveis de sangue semita, os que ascendem as classes superiores, formam a aristocracia e dirigem a massa dos negros puros.⁶

Outro autor que defendia as teses de miscigenação foi Silvo Romero, embasado em leituras de teóricos do evolucionismo como Gobineau, Le Play,

⁶ SANTOS, Joel Rufino. **O que é Racismo**. Editora S. A. São Paulo, p 30.

Spencer, entre outros. Adepto da teoria do branqueamento combatia o tráfico africano e defendia a imigração europeia.

Gilberto Freyre foi um teórico brasileiro, em que teve como base as teorias de miscigenação de uma forma muito particular, através da simpatia e gratidão pelo negro, da defesa da doçura nas relações entre senhores e escravos e da negação de que as condições de vida do negro sob a escravidão tenham sido tão adversas. A sua obra mais representativa foi **Casa Grande e Senzala (1933)**, onde a mestiçagem, ao contrário da maior parte dos teóricos anteriores, passa a ser algo positivo. A vantagem da mestiçagem de acordo com esse autor reside na síntese dos três grupos raciais distintos: brancos, índios e negros, síntese positiva nos aspectos físicos e culturais.

De acordo com Gilberto Freyre não existiam raças inferiores ou superiores e nem raças puras. Acreditava-se no processo de miscigenação visível da população brasileira, inferindo a partir daí um convívio harmônico entre as etnias. Para este o negro contribuiu com características positivas para a formação da identidade brasileira.

Segundo Andreas Hofbauer⁷, Gilberto Freyre ao destacar as diferentes contribuições positivas das três “raças”/ “culturas” fundadoras e ao descrever tanto a Casa grande e a Senzala como figuras do senhor e do escravo como dualismos complementares, Freyre não apenas recria, mas solidifica concepções essenciais da noção clássica de cultura, mas fundamenta, implicitamente, também a famosa ideia de “democracia racial”.⁸

Nesta imagem de uma – supostamente harmoniosa- fusão entre negros, brancos e índios (tanto em termos biológicos, como em termos culturais) não cabiam questionamentos a respeito de relações de poder, conflitos de interesse ou ainda temas como exploração econômica. A mestiçagem teria cumprido uma espécie de “ponte” capaz de aplainar e superar os desajustes entre negros e brancos e índios e, desta forma, teria viabilizado a formação da “nação/ cultura brasileira”. Assim na análise de Freyre, o mestiço aparece quase como uma prova da postulada - convivência harmoniosa entre as raças.

⁷ HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo.

⁸ Embora Freyre não tenha cunhado o termo de “democracia racial”(cf. tb. Guimarães, 2002: 141 ff.) e concepções já tenham sido articuladas antes dele no discurso abolicionista (p ex. Nabuco), ele foi certamente o cientista que mais contribuiu para consolidar e divulgar esse ideário.

Seria possível uma obra acadêmica ser capaz de induzir não só intelectuais, mas uma grande parcela da população brasileira a pensarmos que vivemos em uma democracia racial? É importante pensarmos o quão é importante uma produção acadêmica, que torna uma idéia ou suposição em explicação historiográfica.

Silva H. Lara⁹ trabalha com a questão do trabalho, após a abolição e percebe que com a vinda dos imigrantes não houve uma transição e sim uma substituição do trabalhador. É importante questionar o que aconteceu com milhares de negros que foram excluídos do processo de trabalho e não faziam, mas parte do modo de produção. O que quero ressaltar no texto de Silva Lara, utilizando como exemplo a questão do trabalho escravo, seria a importância que as produções acadêmicas tem em direcionar e até mesmo construir significados para determinado grupo. O negro para a historiografia neste período foi substituído pelo imigrante europeu, o que auxiliou na exclusão deste, no processo de inclusão na sociedade como indivíduo livre.

Segundo Florestan Fernandes¹⁰, o regime extinto não desapareceu por completo após a abolição. Persistiu na mentalidade no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do antigo regime. Toda insistência será pouca, para ressaltar-se a significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do liberto e nela permaneceram por muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão.

A abolição projetou-nos no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a "população de cor" subsiste numa posição ambígua, representada confusamente como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado pelos "libertos" na velha estrutura social.¹¹

⁹ LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n.O.São Paulo. EDUC, 1998.

¹⁰ FLORESTAN, Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo. Ática, 1978, p.248-249.

¹¹ Idem 10, p.248-249.

De acordo com Florestan Fernandes o homem de cor mesmo na condição de homem livre estava enclausurado em uma determinada liberdade, ou seja, não houve uma mudança na estrutura social, esses ex-escravos estavam em uma condição de liberdade legalmente, mas a sociedade os via ainda como escravos o que dificultava a sua inclusão.

A partir dessa situação apresentada, de acordo com o autor, podemos chegar a algumas conclusões, pois identificam quais são as raízes históricas da degradação social do homem de cor no seio do novo sistema sócio econômico: a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos da atribuição de status e papéis sociais ao negro e ao mulato.

De acordo com Florestan Fernandes, estamos vivendo a herança de uma cidadania incompleta, que agora está sendo traduzida nas péssimas condições sociais que o homem de cor está enfrentando em pleno século XXI. É estranho pensar que algo construído há séculos está sendo refletido hoje, por isso não podemos ignorar as questões históricas que envolvem negros e brancos para tratar a questão do negro hoje. Inclusive pensar as dificuldades que o negro enfrenta para chegar ao curso Universitário. Pensando na perspectiva de Gilberto Freyre, onde este defendia uma tese de harmonia social entre as três raças, ainda no final da década de 1970, Freyre criticava não apenas a reintrodução dos itens de cor nas pesquisas demográficas do IBGE, mas também a formação de movimentos negros. Freyre pronunciava veemente contra a idéia de que existe um “negro brasileiro” a parte da comunidade nacional brasileira”, como, segundo ele, diziam os militantes negros em seus protestos. É que para ele a miscigenação ocorrida neste país era tão intensa que se tornava impossível enquadrar as pessoas em categorias. Percebemos que o discurso de Freyre está muito presente hoje nos debates acalorados sobre a inclusão do negro no ensino superior através das ações afirmativas.

O fato do mito da “democracia racial” sofrer a elaboração social mencionada, associando-se a manipulações conservantistas do poder, indica claramente que a ordem social e a ordem racial da sociedade inclusiva se transformavam com intensidade bem desiguais. A primeira respondia rapidamente as alterações da estrutura econômica da cidade, embora

revelasse maior lentidão no ajustamento dos requisitos jurídico-políticos do regime democrático republicano. A segunda não absorvia de modo sensivelmente uniforme tais influências.

De acordo com Florestan Fernandes há uma ordem racial em que a sociedade está presa ainda no antigo regime, ou seja, não houve uma mudança na estrutura social, fazendo com que o homem de cor, não tenha uma relação de igualdade com o homem branco.

*O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e de ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existentes.*¹²

Para entender melhor estas questões, será feito um panorama relacionando os conceitos chaves presentes nos estudos das relações entre negros e brancos, e as atribuições que os movimentos sociais, no caso o movimento negro, constroem ao longo da história, dando-lhe sentidos políticos e sociais diferentes, pois:

Os termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira, e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais.

*Nesse contexto é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular do movimento negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação política. Nesse processo os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não de denúncia mais de reinterpretação da realidade social e racial brasileira como também de reeducação da população dos meios políticos e econômicos.*¹³

¹² FLORESTAN, Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo. Ática, 1978, p.268-269.

¹³ Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p39.

Ou seja, a elaboração dos conceitos não estão separados dos momentos históricos, e este deve ser levado em consideração. A partir desta idéia, o primeiro conceito a ser discutido será o de “identidade”.

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga, a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) tem funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos e psicológicos.

O conceito de identidade é carregado por fatores externos, como por exemplo, cor da pele, crença, opção política, de gênero. Estamos tratando de grupos sociais, os quais buscam uma identificação uma igualdade, pois são indivíduos que geralmente passam pelos mesmos problemas.

A antropóloga Silvia Novaes¹⁴ (1993), ao analisar a identidade nos diz que a mesma só pode ser usada no plano do discurso e aparece como um recurso para a criação de um nós coletivo_ nós índios, nós mulheres, nós homossexuais, nós homens, nós negros. De acordo com essa autora, esse nós se refere a uma identidade, no sentido de uma igualdade, que na realidade, não pode ser verificada de uma maneira muito efetiva, mas torna-se um recurso indispensável ao sistema de representações que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto.

É interessante pensar os mecanismos que são construídos pela própria sociedade não inclusiva que vivemos. Pois a partir do momento que grupos de pessoas se sentem excluídos de algum direito obtido por outros grupos sociais, a tendência é a união desses para que lutem pelos mesmos direitos.

¹⁴ NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de Espelhos**. São Paulo: Edusp, 1993. Apud: GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal n° 10639/03. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p41.

De acordo com a antropóloga Silvia Novaes¹⁵:

È importante perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado não porque os antropólogos decretaram sua importância, mas porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que os reivindicam.

Percebemos que ao longo da história os movimentos sociais estão redefinindo os conceitos cotidianamente, no caso em questão o de identidade. Isso nos faz pensar o espaço conflituoso em que vivemos, pois é necessário que haja união de grupos tidos como excluídos de determinados direitos, para que sejam ouvidos e possam apresentar suas insatisfações. Então percebemos que são uma forma de representação social e que estão em embate constante, sendo assim sujeitos dinâmicos que vão movimentar o curso da história.

A busca pela construção de uma identidade positiva, se daria, acredita vários militantes do movimento negro pela escola por uma educação anti-racista. De acordo com Eliane Cavalleiro¹⁶ que dialoga com o 3º artigo da Constituição Federal, onde diz: todos os indivíduos têm direito a pertencer a uma sociedade justa, igualitária, livre e solidária; promover o bem de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

Entretanto, por causa do racismo, ainda existente no Brasil, muitos direitos não têm sido respeitados. Ideologias, estereótipos e práticas discriminatórias continuam influenciando na realidade Brasileira fazendo com que a democracia seja questionável. Portanto compreender e reconhecer a desvantagem que constitui o racismo para o desenvolvimento das relações sociais entre negros e brancos; com a penalização dos cidadãos negros, constitui uma ação fundamental para enfrentar essa falta de equidade.

¹⁵NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de Espelhos**. São Paulo: Edusp, 1993. Apud: Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p41.

¹⁶ Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo (NEINB/USP). Doutoranda em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e membro do Programa de Educação do Geledés- Instituto da Mulher Negra.

A dificuldade de se aplicar uma educação anti-racista e a resistência que existe em reconhecer e aceitar a existência de tratamentos diferenciados dados a negros e brancos.

Dessa forma, a ênfase na identidade resulta, também, na ênfase da diferença. Ao mesmo tempo em que a busca da identidade por parte de um grupo social que evoca a diferença deste em relação à sociedade ou ao governo ou a outro grupo e instituição, ela possui um processo de elaboração e diminuição das diferenças internas do próprio grupo e dos vários grupos que formam, naquele momento de reivindicação, um único sujeito político. E esse trabalho envolvendo semelhanças e diferenças propiciam a articulação entre poder e cultura, pois “é exatamente no domínio da cultura que estes grupos (sejam mulheres ou Índios) resgatam sua autonomia e reafirmam sua diferença”.¹⁷

A partir desta análise percebemos que os grupos sociais se definem e se organizam reunindo-se a partir de suas semelhanças que são vistas pela sociedade como diferenças. Nesse sentido, o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente.

É complicado pensar a relação entre diferentes, pois apesar das divergências dentro dos próprios movimentos a diferença se torna semelhança, e esta semelhança é a razão para a união deste grupo.

De acordo com o cientista Jacques d' Adesky¹⁸, a identidade para se construir como realidade pressupõe uma interação. A idéia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário é negociada durante a vida toda por meio do diálogo,

¹⁷ NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993. Apud: Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p41-42.

¹⁸ D' ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil. Pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. Apud: GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10639/03. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p42.

parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa por todo e qualquer processo identitário, e por isso, diz respeito também, a construção da identidade negra.

Agora vamos refletir especificamente sobre a formação da identidade negra:

A identidade negra é entendida aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.¹⁹

A identidade negra assim como outros processos identitários se constroem gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos. Mas é importante ressaltar o papel que o negro ocupa desde os primórdios da colonização brasileira. Sendo visto pela sociedade como objetos e mesmo após a abolição esta visão não foi reconstruída. Temos herança de um preconceito latente que foi o incentivador das primeiras organizações sociais. Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas, sobretudo no seu sentido político, como uma:

...tomada de consciência de um segmento étnico racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil.²⁰

Portanto a identidade negra é vista como uma construção social, em que de acordo com o processo histórico está se manifestando em busca de conquistar um espaço sólido na sociedade, não quer dizer que estamos presos

¹⁹ Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p43.

²⁰ MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004. 187p. Apud: Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 43p.

a princípios uma vez ditos. Somos sujeitos de identidades transitórias, ou seja, vivemos em uma sociedade dinâmica, e acompanhamos este processo.

Outro conceito utilizado nas reflexões referente às relações entre negros e brancos seria o de raça o qual ganhou significados diferentes ao longo da história. A definição do conceito de raça, com base em estudos científicos nos mostra que diferenças culturais não contam para distinguir raças: só diferença genética. Mas não podemos deixar de considerar o sentido político que o movimento negro associou a esse conceito, transformando o seu significado, com o intuito de fortalecer o movimento e uma tentativa de unificá-lo.

Historicamente o movimento negro e uma nova geração de pesquisadores como Henrique Cunha Jr, Petronilha B. G. da Silva, Helena Theodoro entre outros, reivindicam uma proposta pedagógica pluricultural, em que o mundo também seja visto pelo olhar do afro-descendente, pois sua exclusão não tem sido apenas ideológica, mas reforçada pelos estereótipos racistas:

A escola no seu interior, naquilo que se propõe e ensina principalmente através de currículos e materiais didáticos, passa uma imagem de inferioridade racial dos negros. Ela assume uma postura preconceituosa na medida em que, por exemplo, conta a história do Brasil, na perspectiva do branco vencedor, escravista, estereotipado, o que é a população negra nesse país.²¹

Percebemos que atuação da escola como uma ferramenta contra o racismo é primordial, quando o movimento negro reelabora conceitos, é um intuito de ter maior representação política e buscar seus objetivos. De acordo com Cristiane Maria Ribeiro, entre o período de 1937 e 1978, apesar de uma aparente desmobilização do movimento negro imposta pelo governo militar, ocorreram várias articulações como o TENT (Teatro Experimental do Negro).

Neste período as atenções para com a educação, não foram menores, pois acreditavam que era um instrumento para que o negro pudesse ascender intelectual e socialmente. Além disto passam a reivindicar timidamente uma identidade étnica, colocando em questionamento a não integração do negro na sociedade, e sua localização nos patamares inferiores da estrutura social.

²¹ ROSEMBERG, F. **Nossa escola é racista**. Entrevista por Adilson Rodrigues. Leia. São Paulo: v10, n110, p 52-53, dez. 1987.

De acordo com Petronilha B G Silva e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves²², quanto mais se aproximava da metade do século XX, mais percebemos um movimento negro com características mais nacionais do que regionais. Tudo isto ocorre no mesmo momento em que vai se efetuando a consolidação do próprio Estado Nacional. O fato da centralidade do movimento negro ser mais percebida na cidade do Rio de Janeiro, neste momento, fins dos anos 40 e início dos anos 50, não é um acaso. Na capital federal mobilizaram-se forças de diferentes naturezas para interferir na Constituinte de 1946. Havia um enorme movimento em prol da democratização do país. Estudos de diferentes matizes já mostraram o quanto esse período foi fecundo em termos de aprendizado político. Muito se explorou no que se referem às alianças políticas. A existência de políticas públicas de caráter nacional seja no campo do trabalho, da previdência ou da educação, exigia dos atores sociais uma visão de totalidade da realidade nacional.

A década de 1950 para o negro representou um passo decisivo no sentido de estabelecer alianças com outros setores progressistas da sociedade. Embora nem sempre o resultado dessas alianças tenha dado certo, seria inegável que nesse momento a militância negra rompeu com o seu isolamento. Já nos anos 40 e 50, essas alianças tiveram um tom acadêmico mais explícito. O encontro de intelectuais e militantes negros visava produzir conhecimento crítico acerca da situação dos afro-descendentes no Brasil. Foi neste movimento que Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros se aproximaram das organizações negras.

Final dos anos 1970 e início dos anos 1980 marca uma nova fase no processo de mobilizações negras, as quais passam a reivindicar medidas no sentido de rever a situação do negro na sociedade brasileira, denunciando as discriminações a que era submetido e combatendo o mito da democracia racial. Nesse sentido, militantes do movimento negro e alguns intelectuais irão utilizar conceitos para qualificar seus debates e discursos. O conceito de raça será historicamente modificado por estes, o que para alguns dos representantes dos discursos científicos, será inaceitável.

²² GONÇALVES, Luiz Alberto O., SILVA, Petronilha Beatriz G. **Movimento Negro e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, n.15, 2000.

De acordo com Oswaldo Frota-Pessoa²³, duas populações não são raças distintas apenas por falarem línguas diferentes. Só o são se tiverem traços genéticos e, portanto genes, com freqüências diversas. “Raças são populações que diferem significativamente nas freqüências de seus genes”.²⁴

Esta definição biológica, não é a definição utilizada por sociólogos, antropólogos ou pelos movimentos sociais quando se referem a relações entre negros e brancos ou indígenas e amarelos. Neste conceito foi incorporado uma série de significados, portanto é necessário ficar atento para entender em qual sentido esse termo está sendo utilizado, qual significado está sendo atribuído e em que contexto ele surge.

De acordo com Nilma Lino Gomes²⁵, o Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores ou inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão, não apenas, devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnicos-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

De acordo com o autor (a), no Brasil quando discutimos a respeito das relações sociais entre negros e brancos, observa-se que diversas opiniões e posturas racistas têm como base à aparência física para determiná-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou “incompetentes”. Infelizmente essa associação do negro a elementos pejorativos/ inferiores, devido ao seu tipo de cabelo, cor da pele, tipo do corpo é recorrente em nossa sociedade. Na revista

²³ Titular e professor emérito do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Titular da Academia Brasileira de Ciências do Estado de São Paulo.

²⁴ PESSOA, Oswaldo Pessoa. **Raça e eugenia**. Raça e Diversidade. SCHWARCZ, Lilia Moritz; Queiroz, Renato Silva (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996, 29p.

²⁵ Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

Raça²⁶, publicada em março de 1997, na seção “Olho Vivo”, foi editado um caso que representa bem esta forma de discriminação, levando em consideração exclusivamente à cor da pele.

Uma Questão de cor

Nesses tempos bicudos, em que encontrar um lugar ao sol, ou seja, sobreviver por meio de seu próprio trabalho, está cada vez mais difícil, a paulistana Mônica Aparecida de Oliveira foi à luta e procurou uma agência de empregos, na cidade de São Paulo, em busca de colocação profissional. A função a que ela se candidatou não era nenhum cargo executivo, ou, mesmo que fosse, o que aconteceu não justifica a postura dos profissionais daquela agência de empregos. Ela foi preterida ao cargo de auxiliar de escritório, não por não possuir habilidades para tal função, mas sim por ser negra.

A ficha de requisição de empregos, fato constatado por Mônica, continha a recomendação para não se contratar negros. Indignada, e fazendo valer seu direito de cidadã, Mônica pediu a ajuda da polícia. A ficha de solicitação de emprego foi vistoriada pelo policial Isaias Lopes Viana, que constatou a existência da observação fazendo referência à cor da pele. O caso foi levado para a delegacia de Polícia e enviado ao Fórum. Lá, o promotor público pediu arquivamento do processo, sem fazer a denúncia. Fato que foi acompanhado pelo juiz de direito, que alegou falta de prova material, uma vez que a ficha de inscrição original_ verificada pela vítima e pelo policial_ não foi confiscada no ato da ocorrência.(...) ²⁷

A partir deste fato, percebemos que a questão do preconceito racial, ainda está muito latente na sociedade Brasileira. Quando Mônica foi à busca de emprego, não esperava perder a vaga pela cor de sua pele. O problema é: porque aprendemos a ver o outro o diferente, e nesse caso o negro, como inferior devido à cor de sua pele e origens africanas?

De acordo com a autora Nilma Lino Gomes, vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social, do que seu caráter, a sua história, a sua trajetória. Além disso, porque o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de Africanos em nosso país. Soma-se a isso a postura do Estado e instituições

²⁶ A revista Raça é uma publicação brasileira mensal, criada pela Editora Símbolo. O perfil dos leitores da revista é basicamente de mulheres negras entre 20 e 35 anos. Foi fundada no ano de 1996 e sediada em São Paulo, tem como editor chefe Aroldo Macedo.

²⁷ CARNEIRO, Sueli. **Uma Questão de Cor**. Revista Raça. São Paulo, Ano 2, n°7. Seção: Olho Vivo, Ed. Símbolo, 108p.

como a Escola, que não se posicionaram política e ideologicamente contra o racismo.

Falar em raça em pleno século XXI pode parecer estranho, quando todos nós sabemos que não existem raças humanas, como diz e comprova Osvaldo Pessoa, mas percebe-se a insistência de alguns intelectuais e movimentos que ainda se referem ao termo. Seria uma forma de manipular tal conceito para conseguir maior representação?

A palavra raça remete-se a racismo, o que traz a dimensão do complicado racismo brasileiro. Quando se pensa em um preconceito e este é negado constantemente, o faz mais complexo e difícil de ser identificado. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou a existência do racismo e do preconceito racial, no entanto as pesquisas atestam que no cotidiano, nas relações de gênero e relações de trabalho, na educação básica e na Universidade os negros ainda são discriminados e vivem situações de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico- raciais do país.

A campanha intitulada “Onde você guarda o seu racismo?”, retrata bem essa contradição do que é o racismo no Brasil. Segundo ela: “as pesquisas de opinião pública revelam que 87% da população reconhecem que há racismo no Brasil. Mas 96% dizem que não são racistas. Assim chegamos a um dos pontos chave da nossa campanha existe racismo sem racista?”²⁸

A partir desta campanha percebemos que 87% da população reconhecem que existe racismo no Brasil, mas 96% da população se diz não preconceituosos. Quando há uma insistência de se utilizar o termo raça, parece haver uma tentativa de classificação do próprio negro, uma tentativa de se agrupar o que nos remete ao conceito de identidade que já foi discutido.

De acordo com Guimarães:

A adoção de um “discurso racialista” não apenas como um recurso de autodefesa que deve ajudar a recuperar o sentimento étnico, o sentimento de dignidade, de auto estima e de autoconfiança da população afro-descendente. Ele entende e aplica a racialização como um instrumento simultaneamente acadêmico e político: para este autor “raça” serve como uma

²⁸ A campanha “Onde você guarda seu racismo” é realizada pela iniciativa Diálogos contra o racismo que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil. Para saber mais acesse: www.dialogoscontraoracismo.org.br.

*“base conceitual-acadêmica” que permite articular e agilizar a luta por políticas públicas compensatórias.*²⁹

Segundo Hofbauer³⁰, Guimarães admite que autoclassificação de cor da população nem sempre corresponde á classificação usada no IBGE e por diversos autores em textos sociológicos. A defesa do uso da categoria “raça” (de uma noção essencializada do negro) ganha aqui, visivelmente, um teor pragmático: justificar-se ia pelo objetivo político. Escreve Guimarães: “Na ausência de tal identidade social/ racial, o legislador poderá estar ajudando a criar, com sua legislação, a comunidade sobre a qual pretende legislar.”³¹

O conceito de raça dado pela ciência não é o mesmo conceito criado por esses intelectuais que tratam sobre as relações étnicas raciais. Voltando a Guimarães ele define:

*Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrario de um conceito que se denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de “raça” permite -ou seja fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos-, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.*³²

²⁹ GUIMARÃES, Antonio Sergio. “**Racismos e Anti -racismo no Brasil**”. Novos Estudos, n.43.1995. Apud: HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 18-19p.

³⁰ HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo.

³¹ GUIMARÃES, Antonio Sergio. “**Racismos e Anti -racismo no Brasil**”. Novos Estudos, n.43.1995. Apud: HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 18-19p.

³² GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. Apud: GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 48p.

Segundo a antropóloga Nilma Bentes³³, não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e branco no Brasil. E mais, não seriam usados para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. E essa mesma leitura sobre raça, de uma maneira positiva e política que os defensores das políticas de ações alternativas no Brasil tem trabalhado.

Percebe-se que o conceito de raça está longe de ser apenas um conceito, mas são vários, ninguém contesta a validade da ciência em relação à raça, mas esta claro que dentro das relações entre negros e brancos este tomou outro significado. Tornou-se um instrumento não só do movimento negro, mas dos próprios negros comuns, de se classificarem enquanto pertencentes a um determinado grupo.

De acordo com a autora Bentes, a população, de um modo geral tem noção do que se quer dizer quando se fala em “raça”; pouco ajudaria na luta contra o racismo, se tentar negar as diferenças físicas que existem entre as diversas pessoas. Por isso, alguns militantes do Movimento Negro no Brasil, acreditam ser politicamente mais conveniente tentar manter o termo “raça”, sem negar, evidentemente, a necessidade de utilização do termo “etnia”, mas diferenciando do termo “raça”.

Percebemos que raças são na realidade construções sociais, que são constantemente modificados. Aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como são educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar a classificar. O problema é que nesse contexto há uma hierarquização destas classificações, raciais de

³³ BENTES, Raimunda Nilma M. **Negritando**. Belém: Graphitte, 1993. Apud: Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 48p.

gêneros e outras. Podemos perceber nas discussões em relação às ações afirmativas, uma das políticas públicas que busca incluir o negro e outras minorias no ensino superior. Esses termos são recorrentes nos discursos de intelectuais e líderes do Movimento Negro.

Nesse início do século XXI percebemos que na sociedade está abrindo espaço para discutir temas até então tidos como proibidos. Percebemos que a partir de pressões do Movimento Negro e de intelectuais negros, esta havendo uma abertura para essa discussão, e algumas reivindicações estão sendo atendidas, estas questões vão ser analisadas no capítulo dois.

Outro conceito que será abordado é o de etnia; a busca por uma maneira correta de se referir a minorias sem se referir à raça, é discutido entre os intelectuais incansavelmente. A utilização do termo raça poderia nos levar a um determinismo biológico, ou a uma hierarquização de grupos como já foi visto na história.

A Alemanha nazista utilizou-se da idéia de raças humanas para reforçar a sua tentativa de dominação político e cultural e penalizou vários grupos sociais e étnicos que viviam na Alemanha e nos países aliados para ao ditador Hitler, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Segundo Nilma Lino Gomes, os nazistas consideravam os povos que deles se diferenciavam radicalmente em cultura, características físicas e religião como raças inferiores, como povos biologicamente inferiores aos alemães e à raça branca ariana. A partir dessa ideologia nazista e racista muitas injustiças foram cometidas e grande parte do mundo se posicionou contra Hitler e seus aliados. O reconhecimento dos horrores causados durante a II Guerra Mundial levou a reorganização das nações no mundo a fim de se evitar que novas atrocidades fossem cometidas. O conceito de raça, no sentido biológico foi considerado inaceitável, e o uso do termo "etnia" foi visto como apropriado para se referir aos povos diferentes dos europeus, como por exemplo, judeus, índios, negros e outros.

De acordo com Kabengele Munanga³⁴; o conteúdo de raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio cultural, histórico e psicológico. Um conjunto

³⁴ MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Sociais e Educação- PENESB-RJ, 05/11/03.

populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias.

*Uma etnia é um conjunto de indivíduos, que histórica ou mitologicamente, tem um ancestral comum; tem uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.*³⁵

Outra idéia de etnia defendida por Ellis Cashmore:³⁶

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas.

De acordo com Munanga, vários intelectuais e pesquisadores da área não utilizam o termo raça em seu significado biológico, mas para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas apresentações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas. A substituição de raça por etnia, segundo o autor, não muda muito a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural. Para ele a guerra por palavras não irá resolver os problemas do racismo:

O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto. É por isso que os conceitos de etnia, de

³⁵ MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Sociais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

³⁶ CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000. Apud: Gomes, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10639/03. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p50.

*para todos, embora cada um manipule e a direçione de acordo com seus interesses.*³⁷

Percebemos que há uma opção política, muito definida, se formos analisar o comentário de Munanga, pois ele se coloca consciente dos interesses que estão em jogo. O mesmo conceito que foi utilizado para excluir pode agora ser utilizado para incluir? É muito complicada essa relação. O termo etnia seria uma forma de acabar com esses conflitos? Ou seria a maneira “politicamente correta” de se referir a esse grupo? Para o autor “tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados tanto pelos racistas quanto pelos anti- racistas”:

*Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir de diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.*³⁸

De acordo com o autor cada país tem sua particularidade, e o racismo se manifesta nesses de maneira diversas e esses conceitos são reformulados por esses sujeitos sociais. De acordo com Kabengele Munanga, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, essa falta de consenso dificulta até na busca de soluções contra o racismo.

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo e outros. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças

³⁷MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Sociais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

³⁸ Idem 37.

superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos e religiosos, que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um determinado grupo são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas.³⁹

Percebemos então que o racismo é uma forma de hierarquizar grupos levando em consideração suas crenças, valores, língua e outros. Podemos dizer que os conceitos, no caso em questão, o racismo, são construções sociais que levam em consideração fatores externos e internos. Por isso a importância de se levar em consideração reformulações desses conceitos, tanto pelos racistas quanto pelos anti-racistas, para melhor compreender o processo histórico.

Segundo Nilma Lino Gomes, o racismo é uma questão estudada por vários pesquisadores, como Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d' Adesky, que afirmam que o racismo é um comportamento social que está presente na história da humanidade e que se expressa de variadas formas, em diferentes contextos e sociedades. Segundo eles, o racismo se expressa de duas formas interligadas a individual e a institucional.

O racismo expresso na forma individual seriam manifestações por meio de atos discriminatórios cometidos por sujeitos contra outros sujeitos, podendo atingir níveis de extrema violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades ou mesmo manifestações sutis de discriminação como, por exemplo, piada ou algum comentário preconceituoso. A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores seria práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto. Estas práticas podem ser

³⁹ MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Sociais e Educação- PENESB-RJ, 05/11/03.

identificadas nos livros didáticos que trazem a figura do negro com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do negro, podem ser identificadas também na mídia, propagandas, novelas e publicidade as quais insistem em retratar os negros, e outras minorias de maneira indevida e equivocada. Manifesta-se também nos vários níveis dos Sistemas de Ensino, onde uma minoria consegue chegar ao ensino superior, devido á barreiras invisíveis que são postas a esses, como freqüentar um bom curso preparatório ou a própria dedicação exclusiva exigida por alguns cursos devido a horários integrais, o que impede esses de trabalhar.

Kabengele Munanga chama a atenção para a generalização do conceito de racismo, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social. Esse uso generalizado do racismo pode constituir uma arma ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo.

De acordo com o autor estamos vivendo neste século uma nova forma de racismo onde ambos, racistas e anti-racistas, carregam a bandeira do respeito às diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista. Se por um lado os movimentos negros exigem o reconhecimento de uma identidade para que possam construir uma imagem positiva e um resgate de sua auto estima, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura "ocidental" local como pretexto para viver separado de imigrantes árabes, negros e outros países não ocidentais.

Hoje em dia não se têm notícias de racismos institucionalizados o que torna África do Sul, Estados Unidos e outros em uma situação parecida com o Brasil, considerando a história de cada país. Percebemos a importância desses conceitos que trazem em si uma série de significados, levando em consideração fatores sociais. Esses são reformulados cotidianamente e são manipulados também de acordo com os interesses dos diversos grupos, construindo bases teóricas para suas reivindicações. Não estamos tratando apenas de palavras, mas sim de histórias e lutas, de minorias que formulam e reformulam conceitos que trazem em si significados das relações sociais vividas.

Em tempo de construções: A formação de discursos em torno das Ações Afirmativas.

No capítulo anterior, trabalhamos com alguns conceitos como raça, identidade, etnia e racismo estes estão presentes de forma recorrente nas discussões em relação às Cotas raciais no Brasil. Algumas medidas legais têm sido tomadas, devido às pressões de anos de luta dos movimentos negros no Brasil⁴⁰. Nesse capítulo será feita uma análise de como esse assunto esta sendo apresentado na legislação recente e na imprensa.

A aprovação da lei 10639/2003 que altera a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, tem como objetivo tornar o currículo pluricultural, e acabar com imagens estereotipadas que são apresentadas em relação às minorias. A tentativa é de tornar o ensino mais democrático e construir uma identidade positiva destas minorias.

De acordo com parecer do Ministério da educação⁴¹, a proposta está comprometida com a pauta de políticas afirmativas do Governo Federal, que vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

Quando tratamos destas conquistas oficiais, não podemos nos esquecer que estamos analisando um campo social conflituoso em que há um jogo de forças que se mantém há bastante tempo.

Nota-se que a educação formal e a preparação profissional sempre foram perseguidos pelos negros organizados, em diferentes épocas. A Frente Negra Brasileira em São Paulo, nos anos 1930, constituiu extensas turmas de alfabetização. Os diretores fundadores do Renascença Clube do Rio de Janeiro (nos anos de 1950) chegavam mesmo a comprar livros para os alunos em dificuldades. O TEN criou escolas de atores

⁴⁰ Um marco na reorganização das forças políticas negras foi à fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, que teve o apoio de intelectuais importantes. O Movimento Negro Unificado surgiu com duas propostas fundamentais: combater a discriminação racial e denunciar a democracia racial como uma ideologia opressora (o nome originário deste grupo: Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial- MNUCDR)

⁴¹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Distrito Federal, 2003. 5 p.

*e aulas de alfabetização. A União Cultural dos Homens de Cor do DF constituiu diversos cursos de corte e costura para empregadas domésticas. Outro ponto do seu estatuto determinava que todos os seus membros alfabetizados deveriam tomar para si a responsabilidade de alfabetizar pelo menos uma pessoa ligada a seus quadros, garantindo desta forma, que no futuro todos os que a ela fossem filiados, deixassem de ser analfabetos.*⁴²

Junto com essas medidas legais, foram criados órgãos institucionais (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)) que tem como objetivo:

*Articular as competências e experiências desenvolvidas, tanto pelos sistemas formais de ensino como pelas práticas de organizações sociais, em instrumentos de promoção da cidadania, da valorização da diversidade e de apoio as populações que vivem em situações de vulnerabilidade social.*⁴³

Quando analisamos a lei citada acima e a LDB que diz:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

⁴² SILVA, Joselina. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** Estudos Afro-Asiáticos. Vol. 25. N° 2. Rio de Janeiro 2003.

⁴³ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Distrito Federal, 2003. 5 p.

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.⁴⁴

Quando analisamos estes discursos oficiais e contrastamos com as discussões em torno das políticas afirmativas percebemos que não é tão simples assim, palavras presentes nos discursos oficiais como tolerância, igualdade de condições de acesso e permanência na escola, pluralismo de idéias e outras questões, não são tão fáceis de resolver. Devido algumas medidas instituídas pelo governo Federal e devido pressões do Movimento Negro, abriu-se um campo de discussão muito complexo que envolve intelectuais vinculados ao sistema acadêmico, a imprensa e a sociedade em geral.

Para melhor apresentar este debate vou trabalhar com a imprensa e com o discurso oficial expresso nas leis, para analisar estas questões.

No campo acadêmico alguns intelectuais se dividem, em relação a suas opiniões, na Folha de São Paulo⁴⁵ de 1 de abril de 2007, devido uma

⁴⁴ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.

⁴⁵ MAGGIE, Yvonne. MOTT, Luiz. VICENTE, José. VAINFAS, Ronaldo. **A Revanche Natural**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, p.4-6, abril, 2007. Entrevista concedida a Marcos Strecker.

expressão da Ministra Matilde Ribeiro, titular da Secretária Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que disse: “ o negro que já foi açoitado, não tem a obrigação de gostar de quem o açoitou”⁴⁶, esta declaração se tornou polêmica, e vários intelectuais discutiram tal expressão. Os interesses de grupos estão estimulando a divisão entre contrários ao sistema de cotas ou a favor destas, estão se organizando para defender seus interesses e debates acalorados estão sendo realizados. Estamos tratando de um campo conflituoso em que conceitos ditos ultrapassados pela ciência estão sendo reelaborados, levando-se em consideração fatores sociais.

A antropóloga Yvone Maggie da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se diz contrária a este sistema de políticas públicas, devido a origem desta, que segundo a autora é importada dos Estados Unidos, onde possui uma história de segregação racial, na raiz de sua história, diferente do Brasil. A antropóloga acredita que as medidas de ações afirmativas, principalmente a política de cotas, não irá resolver os problemas sociais e sim construir um país racialmente dividido. Essa posição é compartilhada por outros estudiosos como Ronaldo Vainfas⁴⁷, professor de História da Universidade Federal Fluminense, onde desacredita do sistema de cotas devido às diferenças históricas da construção do racismo em ambos os países, para este autor a discriminação é antes de tudo social. No Brasil segundo o mesmo, se a maioria da população excluída das Universidades é afro-descendente, não é porque é de origem afro-descendente, e sim devido às condições sociais, que não favoreceram uma condição apropriada para passar pelo concurso, diferente dos Estados Unidos, onde a população negra tinha plenas condições de participar e era impedida pela condição de ser negra.

Já José Vicente⁴⁸ antropólogo e reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, acredita no sistema de Cotas, mesmo com suas limitações e dificuldades em sua estrutura, as cotas de acordo com o autor é uma medida importante para a inclusão de minorias, como negros ou oriundos das escolas públicas. Mas é preciso junto com estas, um acompanhamento contínuo dos

⁴⁶MAGGIE, Yvonne. MOTT, Luiz. VICENTE, José. VAINFAS, Ronaldo. **A Revanche Natural**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, p.4-6, abril, 2007. Entrevista concedida a Marcos Strecker.

⁴⁷ Idem 46.

⁴⁸ Idem 46.

organizadores desta política, fornecendo uma boa estrutura de alimentação, boa divulgação, e um ambiente que não seja hostil para receber este público.

Quando lemos na LDB que o ensino será ministrado, baseado em alguns preceitos como igualdade de condições de acesso e permanência na escola, percebemos que não vivemos o que está expresso na lei. Quando o Governo Federal sancionou a lei nº10639/2003- MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma, podemos observar que essa educação até então não representava tais preceitos, pois foi necessária uma lei, para que tal assunto fosse abordado nas escolas. Esta lei sugere uma falta de equidade nesse dito conhecimento democrático.

Quando analisamos o Projeto de Lei do Senado nº213, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial⁴⁹, o qual tem como ações:

Inúmeras são as ações cometidas pelo presente projeto às instituições públicas no sentido da promoção da igualdade social e integração dos afro-brasileiros na coletividade, incluindo a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que proveria suporte financeiro a tais ações.

Justificando sua iniciativa diz o autor que:

Não queremos a cultura afro-brasileira vista, sentida e experimentada somente nas práticas religiosas, música ou alimentação. Queremos a cultura do negro inserida nas escolas, no mercado de trabalho, nas universidades, pois o negro faz parte do povo brasileiro. Cultivar as raízes da nossa formação histórica, evidentes na diversificação da composição étnica do povo é caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem a autenticidade e singularidade ao nosso país.

Percebemos na declaração do Senador Paulo Paim, o que já foi discutido no capítulo anterior, ou seja, uma discussão antiga sobre identidade,

⁴⁹PAIM, Paulo. **Estatuto Da Igualdade Racial**. Senado Federal. Secretária Especial de Editoração e Publicações. Brasília DF. 2006.

que ainda esta viva nas discussões do presente. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva⁵⁰ em seu artigo intitulado Movimento Negro e Educação, fazem um questionamento sobre o passado para descobrir as causas dos problemas atuais. De acordo com estes há pontos do passado que podem esclarecer origens de graves problemas educacionais que afligem o grosso da comunidade brasileira.

Irei utilizar como referencial teórico o texto intitulado; Ações Afirmativas e o Debate Sobre o Racismo no Brasil de Andréas Hofbauer, este tem como proposta mostrar os diferentes significados de palavras chaves como raça, negro e branco, para ele estes conceitos têm implicações importantes para a maneira como os debatedores utilizam-se destes, para entender o fenômeno da discriminação racial e para desenvolver estratégias. Outro ponto que o autor irá destacar será a divisão entre dois grupos, quando o assunto se refere a cotas no Brasil. E que essa confrontação acadêmico-intelectual, que se reproduz também no mundo da mídia, ocorre em detrimento de um aprofundamento da discussão sobre as raízes e o funcionamento do racismo no Brasil. Dentre essas abordagens teóricas podemos dividir entre dois pólos de argumentação: De um lado percebemos uma corrente teórica sociológica que se concentra na análise das relações entre negros e brancos mais especificamente ligados a desigualdade social. Do outro lado há uma corrente de estudos que partem de preocupações clássicas da Antropologia Social e Cultural.

De acordo com Andreas Hofbauer⁵¹, há uma tradição sociológica que acredita que as relações raciais estariam ligadas a condições estruturais. Com o passar do tempo, tendências marxistas vão ganhar espaço dentro da perspectiva sociológica dos estudos das relações raciais. No Brasil pesquisadores como Octavio Ianni seguiam uma argumentação economicista semelhante para explicar como, segundo eles, teriam se firmado na época da escravidão, dois grupos sociais/ raciais antagônicos (brancos e não-brancos).

⁵⁰ GONÇALVES, Luis A.O. SILVA, Petronilha B.G. **Movimento Negro e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Nº15. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo.2000.

⁵¹ HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate Sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 2006.

Nesse contexto escreve Ianni:⁵²

O negro e o mulato são acepções da mesma categoria do sistema econômico; fornecem a mão de obra produtora de valores. Ou ainda mais adiante "o negro e o mulato livre" são tratados como "membros de outro grupo, indivíduos ligados racial e socialmente aos escravos de que procedem.

A partir destas análises, percebemos que a definição da cor /raça dos agentes sociais subordina-se á análise da função que os sujeitos exercem dentro do sistema econômico.

Percebemos, então, que a história de uma certa forma está influenciando nestas análises sociológicas, em torno destas discussões, segundo Hofbauer, surgiram duas importantes teses que buscam dar uma resposta teórica para o fenômeno do racismo.

Florestan Fernandes⁵³ entendia a desigualdade racial persistente na sociedade brasileira, em primeiro lugar, como um resíduo do antigo regime. Para ele a sociedade escravista representava um mundo dicotomizado entre brancos e negros dois mundos social e culturalmente separados, antagônicos e irredutíveis um ao outro.

Nos estudos elaborados para a Unesco por volta de 1950, Florestan Fernandes e Roger Bastide, constatavam que a natureza e função do preconceito racial ainda não tinham sido bem conhecidas pela sociologia e frisavam o fato de que a maioria dos estudos realizados tiveram como objeto de pesquisa os Estados Unidos, ou seja um local onde havia segregação racial. Tinham consciência do perigo de dar significados a determinados conceitos, até então utilizados em uma situação histórica diferente.

De acordo com Hofbauer, estes estudiosos das relações raciais, assumiram como orientação teórica Robert Park⁵⁴ e explicavam:

⁵²IANNI, Octavio. **As metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Hucitec, 1988. Apud: HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate Sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 2006, 12p.

⁵³FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo. Ática, 1978, 91p. Apud: HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate Sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 2006.

Nesse sentido parece que o preconceito racial tende a desenvolver-se como consequência natural do contacto intermitente ou contínuo de pessoas ou grupo de pessoas pertencentes a raças diversas, sempre que condições de desigualdades econômica e social contrastam marcas raciais com discrepâncias notórias quanto às ocupações, as riquezas ao nível de vida, à posição social e à educação.⁵⁵

Percebemos esta idéia na declaração da Ministra Matilde Ribeiro, em entrevista à BBC Brasil para lembrar os 200 anos da proibição do comércio de escravos pelo Império Britânico, tido como o ponto de partida para o fim da escravidão em todo o mundo, ela disse que "não é racismo quando um negro se insurge contra um branco". "A reação de um negro de não querer conviver com um branco, eu acho uma reação natural. Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou", afirmou.

O sociólogo Jose Vicente⁵⁶, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, analisou a expressão de Ribeiro, mas não acredita ser um racismo às avessas.

Qual seria a reação natural de pessoas oprimidas por qualquer tipo de ação de opressores? Teria alguma ação natural de condescendência ou de discrepância? Qualquer um que se sinta agredido, em nenhum momento vai estar morrendo de amores pelo agressor.

Já a revista *Veja*⁵⁷ traz uma reportagem intitulada: O que é isso Matilde?

"O projeto do governo Lula é forçar o Brasil a renunciar ao orgulho da mestiçagem – fonte de toda a nossa originalidade – para adotar uma versão americanizada de país bicolor, preto e branco"⁵⁸

⁵⁴ Robert Park, foi professor da Universidade de Havard, onde convidado para o Instituto de Tuskegee para trabalhar com questões raciais no sul do país. Juntou-se ao departamento de sociologia na Universidade de Chicago em 1914 ficando lá até sua aposentadoria em 1936. Continuou, no entanto, a lecionar até sua morte na Universidade Fisk. Park morreu em Nashville, Tennessee com 79 anos de idade.

⁵⁵ HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate Sobre Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 2006, 13p.

⁵⁶ MAGGIE, Yvonne. MOTT, Luiz. VICENTE, José. VAINFAS, Ronaldo. **A Revanche Natural**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, p.4-6, abril, 2007. Entrevista concedida a Marcos Strecker.

⁵⁷ A revista *Veja* é uma publicação brasileira semanal criada pela Editora Abril, cobrindo fatos do Brasil e do mundo, sendo considerada a revista semanal de maior tiragem e inserção na classe média brasileira. Foi fundada em 1968 é sediada em São Paulo, elaborada pelo jornalista italiano Victor Civita.

⁵⁸ PETRY, André. **O que é isso Matilde?** Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 2007.

Percebemos a partir desta chamada, como há perplexidades e opiniões contraditórias, diante de tais problemas, e isto está sendo expresso na imprensa e nos meios de comunicação em geral, seria um “espelho” da nossa realidade. Está havendo uma confusão de conceitos e vertentes sociológicas, e comparações com outros países, que não fazem sentido para o Brasil. Talvez não haja vontade de esclarecer, mas de deixar confuso o debate, para que não haja um avanço.

A revista veja traz embutida em sua reportagem, o mito da democracia racial, em que a partir da mestiçagem formaríamos a identidade brasileira. Tese defendida por Gilberto Freyre, que acreditava na relação harmoniosa das três raças.

Quando dizemos que deve haver uma pluralidade de idéias, deve haver também um respeito diante dessas. E o conflito está nesse ponto. Hoje podemos dizer que está havendo uma discussão aberta em relação ao tema, mas quando analisamos percebemos que estão sendo aprovadas leis para determinar a contribuição ou não de uma certa parcela da população.

O sistema de inclusão dos negros pelas políticas de Ações Afirmativas, segundo o Governo Federal e algumas lideranças dos Movimentos Sociais seria uma maneira de estimular para uma futura ascensão social. De acordo com antropóloga Yvone Maggie o objetivo da política de cotas seria não a democratização do acesso ao ensino superior nem produzir equidade na sociedade brasileira, mas produzir um país dividido racialmente.

Poderíamos fazer uma proposta contrária, não seria uma idéia dos contrários as políticas de ações afirmativas dizer que essa divisão teria um resultado igual ao dos Estados Unidos ou na África do Sul? Já foi dito que nossa história não é parecida e nem tem elementos semelhantes a essas culturas. Também não podemos dizer que haverá uma divisão racial, não podemos ficar presos em experiências externas. Estamos em um momento de reflexão, em que ainda não temos respostas, estamos em um momento de testes, se haverá o nascimento de um racismo dito explícito ou se realmente haverá uma melhora nos índices sociais dos negros. Podemos pensar de uma

outra forma e o antropólogo Luis Mott⁵⁹, trouxe idéias que podem auxiliar no pensar desta temática. A favor das cotas universais, diz que a ideologia de afirmação racial esta sendo importada diretamente dos Estados Unidos “destruindo toda uma tradição de convivência racial”. Para este as minorias tende há ver sempre a discriminação apenas do lado do opressor mais poderoso. De acordo com ele na Bahia alguns grupos são restritos a negros, o que sugere uma forma de racismo. Mas seria a solução adotar cotas universais?

Quando pensamos no Brasil, percebemos que não há formas legais de se impedir um negro de freqüentar qualquer curso superior. Mas percebemos também que não há índices positivos em relação à entrada destes nas Universidades Públicas. O sistema de seleção em uma Universidade Federal está cada vez mais competitivo, e é necessária uma boa preparação. O que nos remete á condição social do indivíduo. Mas também não podemos abandonar as diferenças étnicas envolvidas.

De acordo com Andréas Hofbauer, a proposta de introduzir ações afirmativas como meio para contrabalançar os efeitos históricos de discriminações estruturais, não consegue, porém, gerar consenso nem mesmo entre os estudiosos do assunto. Duas propostas se formaram: a primeira entende a introdução de Ações Afirmativas como uma espécie de precondição para a superação da discriminação racial, uma vez que segundo esta interpretação, a discriminação positiva ajudará os historicamente desprivilegiados a criar e fortalecer uma identidade positiva. A segunda entende que tais medidas são uma maneira perigosa de agir contra a maneira tradicional brasileira de se relacionar com as diferenças humanas, e temem que por meio delas possam ser instigados conflitos raciais abertos. Percebemos diante das duas propostas que ambos reconhecem um determinado preconceito racial. Mas qual seria a solução deste problema? Ambos reconhecem a existência de um determinado preconceito, mas qual medida seria mais sensata e frutífera?

⁵⁹ MAGGIE, Yvonne. MOTT, Luiz. VICENTE, José. VAINFAS, Ronaldo. **A Revanche Natural**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, p.4-6, abril, 2007. Entrevista concedida a Marcos Strecker.

Quando lemos a apresentação do MEC, em relação à aprovação da lei 10639⁶⁰, que institui a obrigatoriedade da inclusão da história da África, percebemos que no discurso oficial, este se apresenta como consciente da existência de um determinado preconceito.

O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

Continua:

O Brasil ao longo da sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Garantir o exercício desse direito e forjar um novo modo de desenvolvimento com inclusão é um desafio que impõe ao campo da educação decisões inovadoras. Na reestruturação do Mec, o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã tornaram-se prioridades, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico racial e cultural.⁶¹

Segundo Carlos A. Hasenbalg⁶², o preconceito presente na sociedade urbana, não é mais uma mera herança do antigo regime. Para ele a sociedade de classes conferiu uma nova função ao preconceito e às discriminações raciais. Hasenbalg resume sua tese em dois pontos:

- a) a discriminação e preconceitos raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas;
- b) as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão

⁶⁰ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Distrito Federal, 2003.

⁶¹ Idem 60.

⁶² HASENBALG, Carlos A. **Discriminações e Desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro 1979. Apud: HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre o Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 15p.

funcionalmente relacionados aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos.

Este autor faz uma crítica à “perspectiva marxista ortodoxa”, a qual explica a situação do negro quase exclusivamente pela sua posição econômica como trabalhador. Explica que o racismo é mais do que um reflexo da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores.

Voltando a entrevista dada pela Ministra Matilde Ribeiro, destacamos:

No Brasil, o racismo não se dá por lei, como foi na África do Sul. Isso nos levou a uma mistura. Aparentemente todos podem usufruir tudo, mas na prática há lugares aonde os negros não vão. Há um debate se aqui a questão é racial ou social. Eu diria que é as duas coisas.⁶³

Questionada sobre o tempo possível para termos uma situação de igualdade onde as pessoas sejam julgadas pelo mérito, independentemente da raça a Ministra responde que o:

O Brasil tem 507 anos. Há quase 120 anos, em 1888, foi assinado um decreto como este que o presidente assinou dizendo que não havia mais escravidão no Brasil. Só que não houve uma seqüência. Hoje, o fato de os negros e os indígenas serem os mais pobres entre os pobres é resultado de um descaso histórico. Então fica muito difícil hoje afirmar quanto tempo.⁶⁴

Percebemos que as teses apresentadas pelas correntes sociológicas e estão influenciando em discursos tanto daqueles que são a favor ou contra as ações afirmativas.

Uma outra contribuição muito importante para esse estudo das relações raciais seria dos vários grupos do movimento negro, com o qual pesquisadores associados aos Estudos das relações Raciais têm mantido contato, para a construção de um discurso crítico, que alerta para as condições do racismo.

⁶³ RIBEIRO, Matilde. **BBC Brasil**. Brasília: BBCBRASIL.com, 27 mar. 2007. Entrevista concedida a Denize Barcoccini.

⁶⁴ Idem 63.

De acordo com Gonçalves e Silva⁶⁵, os líderes do movimento negro sempre tiveram preocupação quanto à educação destes. Segundo estes autores fazia-se um esforço contínuo para convencer os que acreditavam que “estudo não era para negro, para pobre”, que a estes somente restaria o trabalho duro. Por isso além dos jornais a que tinham acesso principalmente os alfabetizados, destacado papel tinha os oradores que se manifestavam em frente aos grandes jornais em ocasião de reivindicações, diante dos túmulos dos abolicionistas por ocasião do 13 de maio e também nas festas.

Percebemos que a participação política destes movimentos esteve presente desde o início do século e estes buscam uma ascensão social através da educação. Devido ao abandono que foi relegada a população negra, motivou os movimentos negros, do início do século, a chamar para si a tarefa de educar e escolarizar as crianças e jovens.

Não há quase referência quanto à educação como um dever do estado e direito das famílias. As entidades invertem a questão. A educação aparece como uma obrigação da família. A crítica ao descaso do governo para com a educação dos negros aparece na mesma proporção em que o protesto racial endurece, ou seja, se radicaliza.⁶⁶

Os líderes viam a educação como algo que deveria ser realizado pela própria iniciativa dos negros. E junto com esta iniciativa realizavam um trabalho de formação política, pois séculos de escravidão haviam deformado a própria imagem dos negros. Entendiam os líderes negros que a flagrante apatia que assolava a massa da população negra, a entrega desenfreada a vícios urbanos, a ausência de dispositivos psicossociais que ajudassem a integração dos negros na ordem competitiva, tudo isto era resultado de um passado escravista, que ainda perdurava na alma do homem livre negro, abandonado à própria sorte nas periferias da sociedade brasileira.

A partir desta pequena apresentação em relação à preocupação dos líderes da militância negra, percebemos que esse campo de forças não se

⁶⁵GONÇALVES, Luis A.O. SILVA, Petronilha B.G. **Movimento Negro e Educação**. Revista Brasileira de Educação. N°15. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo.2000, 142-143p.

⁶⁶Idem 65, 143p.

constituiu neste século. A discussão a respeito da inclusão do negro no ensino superior e em outros setores, esta dividindo a sociedade hoje, mas esta tensão já existe há décadas.

Segundo Antonio Sergio Guimarães⁶⁷, o uso da categoria cor em análises acadêmicas tem dificultado a compreensão da discriminação racial do Brasil, segundo este raciocínio esta variedade de termos de cor, (como por exemplo, moreno claro, moreno escuro, marrom e outros) não passa de uma espécie de representação do antigo conceito clássico de raça.

Guimarães propõe a adoção de um "discurso racialista" não apenas como um recurso de autodefesa que deve ajudar a recuperar o sentimento étnico, o sentimento de dignidade, de auto estima e de autoconfiança da população afro descendente. Ele entende e aplica a racialização como um instrumento simultaneamente acadêmico e político: para este autor, "raça" serve como uma base conceitual acadêmica que permite articular e agilizar a luta por políticas públicas compensatórias.

Segundo Hofbauer, esta atitude em relação à definição dos "grupos raciais" ("grupos de cor"), que marca toda a tradição dos Estudos de Relações Raciais, não deixa de ter seu reflexo sobre a maneira como esta sendo conduzido o debate atual sobre a implementação de cotas para negros em universidades públicas.

Um exemplo é a reportagem que saiu na Revista Veja, sobre o sistema de ingresso do Vestibular na UNB, onde os candidatos têm que passar por uma comissão de peritos, os quais analisam cada candidato por meio de fotografias, para dizer se estes pertencem, ou não ao grupo negro. Esse tipo de avaliação causou grande mal estar entre intelectuais e na maioria da população. Esta forma de avaliação esta sendo muito criticada. Um fato que ganhou grande visibilidade foi a determinação da Universidade de Brasília que a partir da análise de fotografias, considerou que irmãos gêmeos univitelinos eram de cores diferentes. As críticas são ferrenhas a esse método de avaliação.

⁶⁷ GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. Novos Estudos, n.43. Apud: HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre o Racismo no Brasil**. Lua Nova. São Paulo. 18p.

Guimarães já havia alertado sobre a dificuldade de classificar indivíduos por cores.

O título dessa reportagem diz: ⁶⁸



Os gêmeos Alex e Alan Teixeira da Cunha, 18 anos, filhos de pai negro e mãe branca

Fonte: ZAKABI, Rosana; CAMARGO, Leoleli. *Raça Não Existe*. Revista Veja. Edição 2011. São Paulo. Editora: Abril. 2007.

“A decisão da banca da Universidade de Brasília que determina quem tem direito ao privilégio da cota mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele – coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano”⁶⁹

Um absurdo ocorrido em Brasília veio em boa hora. Ele é o sinal de que o Brasil está enveredando pelo perigoso caminho de tentar avaliar as pessoas não pelo conteúdo de seu caráter, mas pela cor de sua pele. No início de maio, o estudante Alan Teixeira da Cunha, de 18 anos, e seu irmão gêmeo, Alex, foram juntos à Universidade de Brasília (UnB) para se inscrever no vestibular. Visto que têm pele morena, eles

⁶⁸ ZAKABI, Rosana; CAMARGO, Leoleli. *Raça Não Existe*. Revista Veja. Edição 2011. São Paulo. Editora: Abril. 2007.

⁶⁹ Idem 68.

optaram por disputar o concurso por meio do sistema de cotas raciais. Desde 2004, a UnB – e outras 33 universidades do país – reserva 20% de suas vagas a alunos negros e pardos que conseguem a nota mínima no exame. Alan e Alex são gêmeos univitelinos, ou seja, foram gerados no mesmo óvulo e, fisicamente, são idênticos. Eles se inscreveram no sistema de cotas por acreditar que se enquadram nas regras, já que seu pai é negro e a mãe, branca. Seria de esperar que ambos recebessem igual tratamento. Não foi o que aconteceu. Os "juizes da raça" olharam as fotografias e decidiram: Alex é branco e Alan não.

Alan, que quer prestar vestibular para educação física, foi classificado como preto na subcategoria dos pardos e pode se beneficiar do sistema de cotas. Alex, que pretende cursar nutrição, foi recusado. "Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia", diz Alex, que recorreu da decisão. A UnB informa que o recurso está sendo analisado e o resultado sairá nesta quarta-feira. A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre. Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos. Os nazistas exterminaram milhões de pessoas, principalmente judeus, em nome da purificação da raça.

Analisando o texto retirado da revista *Veja*, percebemos que a partir de um exemplo há uma generalização para todas as ações em torno das políticas afirmativas. Não há informações nem esclarecimentos, ou seja, a revista não fornece exemplos de experiências, vistas como positivas e negativas, para orientar o leitor e sim uma tentativa de convencer os leitores que é um equívoco, usando como comparação, a analogia com o Apartheid e com os campos de concentração.

Segundo Clovis Moura⁷⁰, há uma tendência implícita e por vezes explícita de tratar a variedade e o uso flexível de denominações de cores de pele usadas no cotidiano (ou seja identificações com cores além de branco e de negro) como um não reconhecimento da realidade ou como expressão de uma falta de consciência.

⁷⁰ MOURA, Clovis. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983 e **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo. Anita ;1994. Apud: HOFBAUER, Andréas. *Ações Afirmativas e o Debate sobre o Racismo no Brasil*. Lua Nova. São Paulo

Assim o historiador Moura já distinguia entre identidades “reais” e identidades “simbólicas e deformadas”. Diante do resultado da pesquisa PNAD-1976, que levantou 136 termos de identificação de cores de pele diferentes, Moura lamentou: “o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade”, procurando através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior”⁷¹

Realmente a complexidade em definir um sistema de avaliação como esse no Brasil, é muito complicado. Quando dizemos que vivemos em um país mestiço, não podemos ignorar os índices de desigualdade entre esses ditos brancos e não brancos.

Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação.⁷²

Qual seria a melhor maneira de incluir essas pessoas em um sistema de ensino de qualidade? É muito difícil e complexo pensar nesta separação entre brancos e negros. Ao mesmo tempo, como já foi discutido no primeiro capítulo, os indivíduos se aproximam motivados pelas suas diferenças, para obter maior representatividade, ou seja, os diferentes se tornam semelhantes.

Toda essa dinâmica dos movimentos sociais que não deixam de ser grupos identitários, estão em uma luta constante em busca de melhorias.

⁷¹ MOURA, Clovis. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983 e **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo. Anita ;1994. Apud: HOFBAUER, Andréas. *Ações Afirmativas e o Debate sobre o Racismo no Brasil*. Lua Nova. São Paulo.

⁷² CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Distrito Federal, 2003. 5 p.

Segundo Hofbauer, a partir destas pressões, o Governo brasileiro tem se preocupado oficialmente com a questão racial brasileira, criando medidas de inclusão.

Respostas em relação se o sistema de cotas irão funcionar ou não, ainda não temos, mas, uma coisa é certa estas medidas tomadas pelo Governo Federal e pressionadas pelo movimento negro fez com que abrisse um debate em torno dos problemas raciais presentes no Brasil.

Considerações Finais

O trabalho teve como propósito compreender como os debates atuais em torno das Políticas de Ações Afirmativas estão se estruturando, tendo como foco o ensino superior, o que representa um pequeno passo para a compreensão desse processo, não só por minha imaturidade em relação ao assunto, mas pelo texto ser construído em um momento em que as discussões estão acontecendo, paralelamente à formação de uma bibliografia mais estruturada. E, certamente, ainda virão muitos desdobramentos.

Por meio de conceitos como raça, identidade, etnia, racismo, percebemos que estes se tornaram mais dinâmicos e polissêmicos diante das transformações que estão ocorrendo atualmente. São palavras que representam mudanças sociais, culturais e políticas e que passaram a ter uma grande importância para alguns grupos e, portanto, tem seus significados fortemente disputados.

Percebemos a imprensa como um meio de comunicação que expressa interesses de determinados grupos, e de uma certa forma busca atingir seus objetivos, através da forma que redigi suas informações. Percebemos que a própria legislação oficial revela de uma maneira sutil determinados preconceitos que estão presentes na sociedade e mostram a insatisfação de alguns grupos.

Pensar o espaço em que vivemos como um campo de forças contrárias, onde um grupo na maioria das vezes busca se sobrepor sobre o outro, é bastante complicado, pois a desconfiança passa a fazer parte da vida do indivíduo, o que às vezes acaba anulando sonhos e esperanças.

Bibliografia

- ARRUDA, Maria A N A. **Imagem do negro na obra de Florestan Fernandes**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (org). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na Educação:repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CUNHA, Marcelo N. B. **Memórias Afro- Brasileiras Institucionalizadas. Tentando ler exposições de Museus e seus Periódicos**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: EDUC,2003, 273-283p.
- FERNANDES, FLORESTAN. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 3 ed, 1978.332p.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos presentes no Debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03**. Brasília: Ministério da Educação,236p, 2005.
- GONÇALVES, Luiz Alberto O G ; SILVA, Petronilha Beatriz G. **Movimento Negro e Educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n 15, p 134-158, 2000.
- HOFBAUER, Andréas. **Ações Afirmativas e o Debate sobre o Racismo no Brasil**. São Paulo: Lua Nova, 2006.
- LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão Cidadania e História do Trabalho no Brasil**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo: EDUC, 25-38p, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia.2003**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática**. Estudos Afro-Asiáticos,n.3, p 421-461, 2003.
- RIBEIRO, Cristiane Maria. **Anti-Racismo e Educação: O Projeto Político Pedagógico das lideranças negras de Uberlândia**. Tese (mestrado em Educação). Uberlândia: UFU, 2000.

RIBEIRO, Maria S. Pereira. O Romper do silêncio: **História e Memória na Trajetória Escolar e Profissional dos Docentes Afro-descendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo: USP, 2001.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 82p.

SANTOS, Sales Augusto. **A Lei nº 10 939/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Brasília: Ministério da Educação, 236p, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz ; QUEIROZ, Renato da Silva (org.) **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996. 315p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.287p.

SILVA, Joselina. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50**. Estudos Afro- Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 25, nº2, 2003.

VARUSSA, Rinaldo José. **TV e Jornal Enquanto Produtores de Notícia: Algumas Perspectivas de Trabalho em Sala de Aula**. Cadernos de História, Uberlândia, v.7, n. 7, p 83-90, 1998.

VIEIRA, Andréa Lopes C. **Políticas de Educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política**. Educação e Ações Afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica; SILVA, Petronilha Beatriz G e SILVÉRIO, Valter Roberto (org). Brasília: Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, 270p.

Fontes

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília , 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Distrito Federal, 2003.

MAGGIE, Yvonne. MOTT, Luiz. VICENTE, José. VAINFAS, Ronaldo. **A Revanche Natural**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, p.4-6, abril, 2007. Entrevista concedida a Marcos Strecker.

PAIM, Paulo. **Estatuto Da Igualdade Racial**. Senado Federal. Secretária Especial de Editoração e Publicações. Brasília DF. 2006.

RIBEIRO, Matilde. **BBC Brasil**. Brasília: BBCBRASIL.com, 27 mar.2007. Entrevista concedida a Denize Barcoccini.

ZAKABI, Rosana; CAMARGO, Leoleli. **Raça Não Existe**. Revista Veja. Edição 2011. São Paulo. Editora: Abril. 2007.